

VERITAE

TRABALHO – PREVIDÊNCIA SOCIAL – SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Orientador Empresarial

ARTIGOS

O EMPREGO EM 2008

**Por Prof. José Pastore*

Em artigo anterior comentei os dados publicados pelo Ministério do Trabalho dos EUA sobre como será o quadro do emprego naquele país até 2016. Apesar de arriscadas, as projeções daquele órgão se têm confirmado ao longo do tempo.

Infelizmente, o Brasil não dispõe de pesquisas desse tipo. Nossas projeções têm de se limitar a prazos curtos e contar com uma boa dose de intuição. O Brasil encerrou o ano de 2007 com resultados animadores. O País conseguiu gerar mais de 1,6 milhão de postos de trabalho. Cerca de 42% foram empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado. O desemprego nas regiões metropolitanas ficou em torno de 9,5%, ante 10% em 2006. Os rendimentos médios subiram cerca de 3% em termos reais. Em quatro anos o aumento foi de quase 8%.

O desempenho do mercado de trabalho foi particularmente expressivo no segundo semestre de 2007. Em dezembro, a taxa de desemprego metropolitano caiu para 7,4%, ante 8,4% em dezembro de 2006.

E daqui para a frente? O que acontecerá em 2008 depois dessa turbulência financeira? Penso que será um outro ano de bons resultados. Mesmo com o provável desaquecimento da economia dos EUA e de outros países desenvolvidos, o Brasil terá condições de manter as exportações de produtos que ajudam a alimentar os nossos compradores e a dar a base para a sua produção industrial. Eventuais efeitos negativos deverão chegar ao Brasil no segundo semestre, como reflexo do esfriamento da economia mundial no primeiro semestre. Mesmo que esse esfriamento se aprofunde no segundo semestre, o Brasil apresentará problemas de emprego apenas em 2009.

Mas há alguns aspectos intrigantes que merecem consideração:

As pesquisas recentes mostraram que o “boom” do ano passado se concentrou em profissões de baixa qualificação. E os mesmos dados mostram um aumento anual dos rendimentos (em termos reais) de 3,2%. Como interpretar esse paradoxo? Dentro das limitações dos raciocínios que se baseiam na especulação, lanço algumas hipóteses. Se, de um lado, o ano de 2007 mostrou uma grande incorporação de pessoas de baixa qualificação, de outro, faltou muita mão-de-obra em vários setores que buscaram e continuam buscando uma capacitação profissional adequada. Ademais, com a pressão dos 5% de crescimento econômico verificado em 2007, as categorias profissionais mais organizadas conseguiram negociar aumentos de salários acima da inflação. As empresas não puderam correr o risco de perder o pessoal que treinou.

Um outro aparente paradoxo é o do desemprego acentuado entre os que concluíram o ensino médio e não entre os de menor instrução. O problema reflete um desequilíbrio entre a oferta e a procura desses profissionais. Nos últimos 15 anos, a diplomação de nível médio e universitário cresceu muito mais do que a oferta de vagas. Não se trata de um excesso de educação, e sim de uma escassez de oportunidades no mercado de trabalho, o que produz o desemprego dos mais educados.

Outro fenômeno intrigante diz respeito à aparente contradição entre a redução do desemprego e o aumento de gastos com o seguro-desemprego. Entre 2002 e 2007, os dispêndios com esse benefício subiram de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 12,7 bilhões - aumento de 17% ao ano. Isso se explica, em grande parte, pela formalização dos empregos. O mesmo se aplica ao crescimento vertiginoso das despesas com o abono salarial, por causa dos que ganham até dois salários mínimos no mercado formal.

Este é mais um aspecto que merece ser melhorado. O que justifica pagar o mesmo montante para um jovem solteiro e para um chefe de família com cinco filhos em termos de desemprego? Nada. É preciso refinar os critérios.

Da mesma maneira, impõe-se melhorar a definição de pobreza em razão dos benefícios recebidos. Para uma família que não recebe nenhum benefício de aposentadoria ou de outros programas sociais, o Bolsa-Família é crucial. Para os que dispõem de vários outros benefícios, ele é dispensável.

Quem, dentre os políticos, tem coragem de fazer isso? Poucos. Para eles, esse é o tipo de medida que “mata votos”. Mas o País precisa ajudar quem mais precisa. Essa é a verdadeira justiça social.

Enquanto os políticos não decidem, convém a imprensa divulgar as recomendações de técnicos que já estudaram esse assunto, inclusive os do próprio governo.

**José Pastore é professor de relações de trabalho da Universidade de São Paulo. Site: www.josepastore.com.br*

As opiniões expressas nesta Seção são de responsabilidade de seus Autores, sendo, a divulgação por VERITAE Orientador Empresarial, devidamente autorizada pelos mesmos.